

POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO*

José Cláudio Barriguelli**

1. O que pretendemos discutir neste encontro privilegia a seguinte tese: na fase atual do capitalismo no Brasil, ou seja, na fase em que se encontra o Estado Brasileiro é ele, o Estado, que produz não só a política educacional como também os próprios professores e a oposição que lhe interessa.

Neste sentido gostaríamos de começar tentando fazer uma apreciação de caráter metodológico. Ao invés de começar a discutir a realidade dos professores, a realidade do sistema educacional, a fazer uma análise objetiva da política educacional do governo, tentaremos exatamente o inverso: começar a discussão a partir dos aspectos mais gerais que caracterizam o Estado na fase atual.

O que é o Estado no Brasil, hoje? O que ele representa do ponto de vista da organização de toda sociedade? Qual o papel que ele desempenha na mediação e no enfrentamento da luta de classes nesta fase?

A nossa preocupação não será fazer um estudo de todas as circunstâncias que configuram o Estado, mas uma análise da tendência do seu desenvolvimento.

Esse movimento será analisado a partir da concepção teórica, que possibilita a compreensão das distinções entre o que significa o real, isto é, o movimento das contradições, como elas se exprimem no cotidiano de todos nós, e o que é objetivamente a realidade. Essa distinção entre o

* *Extraído da Conferência apresentada no II Congresso Estadual de Professores, promovido pela Associação dos Professores do Rio Grande do Norte – APRN, no período de 11 a 15 de outubro de 1986, em Natal-RN.*

** *Professor da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR – SP.*

real e a realidade é básica e fundamental. Ela implica uma análise dialética entre Estado, política educacional e educação.

Partindo da análise de que na fase atual o Estado brasileiro se caracteriza pelo capitalismo monopolista de estado, uma questão se impõe: o que significa um estado monopolista? Significa que o estado chegou a um grau de concentração e centralização do poder que ele é capaz, de forma real e objetiva, de estabelecer definições quanto aos mecanismos de reprodução econômica, social e ideológica. O estado tem potencialidades suficientes para ser onipresente e onisciente. Mas, ele possui, dentro de si, uma grande contradição. Embora ele se defina, basicamente, sob o ponto de vista estrutural, pelos interesses da classe dominante, enquanto instrumento estatal é administrado pela classe que, do ponto de vista material, não pode ser identificada com a classe burguesa.

O que significa esta circunstância?

Significa que o Estado, seja no aspecto econômico, seja no aspecto político e no ideológico, tem a identidade burguesa. Ele se perfila, enquanto estrutura, por uma característica de classe, no entanto, enquanto exercício do poder, não é necessariamente feito pela classe burguesa como elemento de materialidade da burguesia em si. No seu perfil mais geral ele se apresenta como um Estado liberal.

Esse aspecto da análise é importante para que possamos entender como o Estado é capaz de intervir, de promover e de produzir os instrumentos e os elementos políticos para reprodução dos interesses de classe da burguesia, em âmbito nacional e internacional.

Neste sentido, dada a sua condição monopolista, o Estado não apresenta nenhuma contradição no seu eixo principal, isto é, na reprodução do capital, seja a nível nacional ou internacional. Na prática, na fase atual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o Estado representa a supressão da contradição entre o interno e o externo. O que significa dizer que toda questão nacional, toda base nacionalista do discurso da classe dominante, e/ou das classes subalternas, é um discurso que não tem sentido histórico.

A característica da internacionalização da economia, representada pelo papel e pela orientação do Estado, não demonstra, de forma objetiva, em nenhum momento, uma contradição entre a economia e as relações internacionais.

Na medida em que o Estado é monopolista e internacional se vincula aos mecanismos internacionais da reprodução do capital pela lógica da sua própria reprodução em escala internacional, particularmente, sob a forma do capital financeiro internacional. Assim, o Estado, necessariamente, tem que organizar políticas voltadas para os interesses da reprodução interna

do capital, nos limites da nacionalidade, tendo em vista as questões de âmbito internacional.

Quando falamos: não à dívida externa! Não ao FMI! Quando o Estado brasileiro, de certa forma, assume, particularmente na Nova República, uma atitude "dura" contra a dívida externa, isso não significa necessariamente que está aplicando o que é próprio do Estado, que tenham se alterado as relações substanciais entre as formas econômicas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as questões necessárias à reprodução do capital financeiro internacional.

Um aspecto importante, e que gostaríamos de destacar, quando nos referimos ao perfil do Estado nesta fase atual, é que a ditadura militar de 64 foi efetivamente importante para que o Estado pudesse eliminar de si um conjunto de entraves ao livre desenvolvimento da tendência monopolista. O Golpe de 64, no nosso entender, representou objetivamente um momento histórico marcante no qual os militares tiveram um papel significativo. Ao tomarem o poder e ao se despojarem do conjunto de compromissos com as diversas classes e facções, os militares foram capazes de impor o ritmo de desenvolvimento "pari passu" ao desenvolvimento de caráter internacional. Naquele momento, as facções da burguesia, representadas nas suas mais variadas tendências políticas, e o movimento popular, foram incapazes de impor uma direção ao movimento seja do capitalismo, seja do processo de democratização, tendendo ao socialismo. A internacionalização da economia, que já estava sendo organizada desde a década de 50, no Brasil, assume um ritmo de crescimento sem barreiras, dado o caráter repressivo que a ditadura impôs ao conjunto da sociedade. A ditadura, portanto, teve o papel substancial de criar as condições para o livre desenvolvimento de internacionalização da economia. Só que esta internacionalização não pode ser vista sem se entender como esta se apresenta na interioridade do Estado. A ditadura criou, no interior da máquina estatal, um papel econômico significativo.

O Estado passa a agir, como elemento de ordenação da economia, através da injeção de recursos e de investimentos nas estatais, criando enormes empresas e desenvolvendo setores significativos da economia. Nesse momento histórico, o Estado passa a ser um importante parceiro do capital. A reprodução do capital tem como elemento fundamental o próprio Estado. Este deixa de ter aquela feição de mediador na luta de classe, de interventor de forma ocasional na ordenação da economia e passa a ser agora um agente objetivo da organização do processo econômico e da reprodução do capital. O mesmo passa a ser, assim, o instrumento mais eficiente desta reprodução.

No momento em que o Estado passa a influir decisivamente na ordenação econômica da sociedade, ele tem necessariamente que reordenar o conjunto das políticas em todos os níveis para adequação da "nova ordem" econômica. É no contexto dessa "nova ordem" que as redefinições vão sendo processadas no seu interior.

Assim, no âmbito geral do Estado, o primeiro grande projeto, a primeira grande preocupação da ditadura militar, foi criar uma máquina administrativa eficiente.¹ Uma proposta de reforma administrativa foi encomendada a Hélio Beltrão e este elaborou o famoso Decreto Lei nº 200/67, promulgado em 25 de fevereiro.

Por que o Estado se preocupa inicialmente com o reordenamento da sua função administrativa?

A preocupação do reordenamento administrativo significa a racionalização da administração para que ela se torne cada vez mais eficiente. Neste sentido, é possível impor, num futuro próximo, o conjunto das reformulações das políticas necessárias à centralização do poder e a definição da materialidade das formas reais que essas políticas poderão assumir. É no cenário do referido Decreto que assistimos ao grande espetáculo de reestruturação administrativa, tanto na esfera estadual como municipal. Evidentemente, é a partir daí que começamos a vivenciar a "nova" política direcionada pelo Estado.

A primeira é a política agrária, a retomada do estatuto da terra e a definição de uma política agrária amplamente voltada para o setor financeiro. Este é reorganizado e vai desenvolver um trabalho voltado, predominantemente, para a economia de exportação.

Em seguida, a redefinição da política industrial do país caracterizada pela inovação tecnológica, via importação de pacotes que depois do período do famoso "milagre brasileiro" se define pela modernização da economia e do investimento.

O crescimento, por exemplo, da Petrobrás, da Eletrobrás, das grandes empresas estatais, o rumo para uma linha de informática, significa uma redefinição da política industrial tendente a certos setores da economia de ponta em detrimento de uma série de outros setores mais atrasados e mais tradicionais da economia.

O governo também investe numa política de tratamento distinto e regional. A questão regional volta a ser fundamental para a ditadura. Jogar com as contradições de ordem regional representou a criação, em diversos níveis, de políticas específicas que aparentemente geram contradições entre as diversas regiões. Na realidade tais políticos estabelecem uma definição precisa quanto à posição do Estado na administração dos inte-

resses mais gerais, sobretudo do setor financeiro controlado pelo próprio Estado.

É assim que constatamos, no período da ditadura, o desenvolvimento, por exemplo, do Nordeste. Um desenvolvimento feito de cima para baixo, imposto a partir dos interesses do capital financeiro que definiu uma nova oligarquia econômica e política. O mesmo fenômeno se repetiu no centro-oeste e na região sul. É evidente que esse tratamento diferenciado e essas definições políticas congregam não só as facções burguesas regionais, mas também as elites políticas diretamente locupletadas no interior do Estado. O que estamos querendo dizer é que em todos os momentos o Estado procura criar estratégias políticas para subordinar aos seus objetivos os interesses de facções políticas e setores econômicos dominantes.

2. É no bojo dessa situação que o Estado redefine a política educacional. É evidente, e é importante salientar, que a redefinição da política educacional, do estabelecimento de novos parâmetros e de novas diretrizes para a educação brasileira, e da política de todos os seguimentos e setores ligados à cultura, à saúde, etc., fica postergada às primeiras definições, isto é, àquelas de caráter econômico.

Todo processo de resistência até 69, particularmente os movimentos estudantil e docente, contra a ditadura, esteve assentado na herança pré 64. O foco da resistência à ditadura, entre estes segmentos sociais, se dá, naquele momento, em torno de dois eixos fundamentais: o das liberdades democráticas e o do cerceamento ao direito de organização e participação.

As condições gerais do período que vai de 64 até 68 ou 69, isto é, objetivamente, o conjunto das contradições que a própria ditadura enfrenta como herança das condições do próprio golpe, conduzem o Estado ditatorial a impor o Ato Institucional nº 05. Este Ato vem cercear qualquer possibilidade e princípio de organização de caráter ideológico e entregar ao triunvirato militar todo poder político no sentido da administração dos interesses que estão em jogo. Com o cerceamento da organização política e do debate ideológico fecham-se na universidade o potencial crítico e a discussão sobre a reforma e criam-se as condições para que a reforma do ensino superior e a reforma do ensino de 1º e 2º graus possam se processar sem o mínimo de mobilização das massas e sem uma ampla discussão no interior da comunidade docente e discente.

Neste contexto, a grande linha da política educacional é tentar unificar o processo educacional, estabelecendo um conjunto de definições que permitissem, ao próprio Estado, a criação de mecanismos eficientes para a planificação da reprodução de quadros e da formação de profissionais em âmbito nacional. Essa é a primeira matriz fundamental e o eixo principal

das reformas no âmbito educacional. Se até 64 ainda tínhamos, como característica preponderante, o ensino regionalizado, diferenciado, diversificado, a reforma educacional que vai de 69 até 74 elimina qualquer ilusão quanto ao ensino regionalizado ou ensino de forma específica. É necessário nesse momento histórico, suprimir o conjunto das formas particulares do ensino e se criar o ensino de caráter universal e geral para todo território.

Muitos de nós, ex-alunos ou antigos professores, quando encontramos hoje as nossas novas turmas, nos deparamos com uma contradição em relação às experiências que atravessamos no passado. O antigo instituto, de alto nível, a antiga escola normal, de alta qualidade, que formaram grandes professores e se assemelhavam até a uma faculdade de filosofia, uma escola técnica que realmente formava grandes quadros, uma escola competente, equipada, bem remunerada, com boas condições de trabalho, já não existem.

Quando nos deparamos com a realidade atual, e essa talvez seja a primeira das nossas grandes frustrações, observamos que, do ponto de vista formal, tanto faz uma escola da periferia de São Paulo, uma escola do centro de Natal, ou uma escola da periferia de Manaus como uma escola de elite de Porto Alegre. Em qualquer escola que entremos hoje, parece que estamos entrando em uma escola que é igual a todas as outras.

Aqueles antigos profissionais formados na Escola Normal de Natal, no antigo Atheneu Norte-Riograndense, na antiga Escola Normal Caetano de Campos, no antigo Colégio Pedro Segundo do Rio de Janeiro, não têm mais correspondência. Um professor formado na Universidade de São Paulo, é equivalente a um outro formado em uma Faculdade de Filosofia de uma cidade qualquer do interior do país. A Universidade, por exemplo, é capaz de criar uma política geral de nivelamento do saber, em âmbito nacional.

Ao mesmo tempo, o Estado não abre mão das distinções. O cidadão que é formado num "centro de excelência" como a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, por exemplo, sempre terá privilégios em relação à massa geral dos outros estudantes universitários formados em outras escolas. Mas essa distinção de caráter qualitativo não se mantém.

Assim, criam-se as condições, inclusive do ponto de vista de uma definição política e ideológica, da desvalorização do professor. Essa situação corresponde, necessariamente, à desvalorização das condições gerais do trabalho. As salas de aulas são precárias, o salário é péssimo, a quantidade de horas de trabalho aumenta, etc. Desse modo, se efetiva uma deteriorização permanente e constante das condições de trabalho na Educação.

O que estamos querendo dizer é que nesse contexto mais geral, não há para o Estado, uma deteriorização do ensino, não há uma queda do nível e da qualidade do ensino. Ele está perfeito e é, da forma como aí está, necessário a essa fase histórica da acumulação capitalista. A questão que se coloca é a de saber como fazer corresponder às nossas expectativas de melhor salário e de melhor nível de ensino a uma política que vem de cima para baixo, lógica e claramente organizada.

A desvalorização do ensino corresponde também à divisão do trabalho. É importante compreendermos que ao mesmo tempo que se forma o professor geral, cresce, no interior do nosso sistema de ensino, a tendência à especialização. Quer dizer, ao mesmo tempo que a formação é geral, cresce a divisão e o seccionamento das funções. É supervisor, é orientador, é orientador A, é orientador B, é administrador escolar, é especialista em pré-escola... Enfim, cada vez mais se desenvolve uma tendência no sentido de se efetivar as más condições de especialização. Ao mesmo tempo que o Estado cria o ensino genérico, uma massa uniforme chamada corpo docente que, por sua vez, forma outra massa também uniforme, chamada corpo discente, ele, o Estado, instiga-os à especialização.

Na realidade, o objetivo primeiro da política educacional do governo foi universalizar a formação, identificar os conteúdos e planificar os custos e benefícios em âmbito nacional. Isso tem dois aspectos positivos. Primeiro, cria-se uma política educacional em âmbito nacional. É a primeira vez, na história do Brasil, que podemos efetivamente dizer que possuímos uma política educacional para todo o país. Segundo, é a partir desse momento de criação das condições reais para se estabelecer essa política, que se criam, também, as organizações nacionais de professores e de alunos. Por que, até então, não tínhamos, no Brasil, nenhuma associação nacional de docentes, de orientadores, de supervisores? Foi objetivamente, a partir desta reforma, que se estabeleceram as condições reais de unidade da política educacional, e de unidade das categorias de professores, alunos e inclusive de funcionários. Esses são os aspectos positivos da reforma feita pela ditadura. A unidade da categoria vai ser possível, exatamente pelas condições que cada um de nós, professores, alunos e funcionários, vai ter para conseguir forjar essa unidade. O que estamos vendo aqui neste Congresso é mais um esforço de forjar essa unidade, o que não seria possível antes de 64.

Por outro lado, existem aspectos negativos na definição de uma política centralizadora, a nível nacional.

Quais são esses aspectos negativos? Todos nós falamos que, com essa política, caiu a qualidade do ensino. É ilusão nossa. Isto é uma falsa questão, pois não podemos analisar a má qualidade do ensino, em razão do fato de ter-se definido uma política de educação, a nível nacional.

Por que isso não é possível? Porque temos que analisar, sempre, o tipo de profissional que a escola forma em relação às necessidades reais que o próprio Estado tem. Este é o eixo fundamental por onde devemos começar nossa crítica. Do âmbito do Estado, o que lhe interessa é a formação de quadros que não tenham mais nenhuma identidade de caráter regional, e nenhuma marca de qualquer especificidade.

Quando nos referimos ao ensino profissionalizante, dizemos que ele não profissionaliza ninguém. Mas quem disse que no teor do projeto do Estado o ensino profissionalizante é para profissionalizar alguém?



A profissionalização, prevista na reforma de 1971, não tem por finalidade desenvolver nenhuma habilidade específica. O referido projeto, no que se refere à profissionalização, objetiva propiciar uma formação geral suficiente e capaz de adequar o indivíduo ao potencial do mercado de trabalho. O mercado de trabalho é flexível e flutuante. Depende, em larga escala, do próprio Estado e da forma como ele administra a política econômica. Assim, a reprodução da economia pela ação e interferência objetivas do Estado visa ao profissional que lhe interessa.

É fundamental, para a política educacional do governo, forjar um profissional suficientemente flexível e parcialmente habilitado, para que ele possa, na própria dinâmica da reprodução econômica, circular do sul para o norte, do norte para o sul, do centro para o leste, do leste para o oeste, e que ele também possa mudar de uma função à outra, sem problemas de adaptação.

Não é por acaso que ocorre a retração das escolas do ensino agrícola e de outras escolas de caráter profissional, como as escolas de ensino técnico, e a transformação, da maioria dessas escolas, em escolas de 1º e 2º graus normais e equivalentes a qualquer uma das outras. Do âmbito da política educacional do governo é necessário se criar uma escola que capacite e habilite uma grande massa capaz de passar de um setor da economia para outro, de um setor de serviços para aprendizado na indústria, no comércio ou no sistema bancário. Portanto, o objetivo da política educacional é a instrução pública geral. Só que esta instrução pública geral assume formas de habilitações como: marceneiro, pedreiro, torneiro, mecânico, fresador, contador, estatístico, ajudante de comércio, contabilista, etc.

O ensino proposto pela política educacional do governo é um ensino suficientemente geral que possibilite a uma habilitação mínima para que o cidadão seja capaz de fluir de um setor de produção a outro com relativa capacidade e relativa tranqüilidade, sem que demande excessivo tempo para se adaptar num setor ou noutro. Isto corresponde a uma das características da própria economia. A economia brasileira se caracteriza, nessa fase, por uma universalização do mercado de trabalho, por graus de especialização e de habilitação suficientemente gerais em que o cidadão circule no processo produtivo sem que demande muito tempo para aprender as novas funções. Isto é próprio daquilo que a ditadura foi capaz de impor, via modernização de uma certa linha de ponta da economia. Representa também, em particular, a sua própria ação. Portanto, a ilusão que nós educadores temos, de que a escola não está qualificando ninguém, é realmente uma ilusão, uma falsa questão. A escola tem exatamente que não qualificar. Ela tem mesmo é que habilitar, isto é, instrumentalizar a força de trabalho com certos requisitos tais como: saber ler, ter disciplina, desenvolver atenção, o potencial crítico, a capacidade de objetividade: quer dizer, das operações mínimas da fase do primário às operações, um pouco mais complexas, do secundário. O cidadão tem que ter as habilidades mínimas requeridas em qualquer função. E não é por acaso que conteúdos programáticos do 1º e 2º graus prevêm a aquisição de certas habilidades básicas: atenção, disciplina, associação de idéias, relações de conteúdo e outras. Estas são as habilidades mínimas requeridas para um cidadão que tenha que ficar sentado no escritório, ou diante de uma máquina na fábrica, durante 8 horas apertando um botão. Portanto, o modelo de educação que a política educacional procura impor é um modelo racional e objetivo em função das necessidades reais da economia e da política do Estado.

Num quadro mais amplo, no qual se situa o ensino geral e as necessidades da reprodução do capital, é importante que ao mesmo tempo se reproduza, do ponto de vista econômico, a miséria em escala crescente e que a política educacional do governo reproduza paradoxalmente, o anal-

fabetismo. Assim, o analfabetismo é uma condição necessária à política educacional do governo, pois ao mesmo tempo em que ela produz o ensino geral tem que produzir o não-ensino. Enquanto o ensino geral procura nivelar todas as pessoas, produz também a não-educação. Dessa forma, o analfabetismo é consequência direta da forma pela qual o Estado planifica e dá direção tanto à reprodução econômica como à própria política educacional.

Essa contradição "produção do ensino geral versus analfabetismo" que é uma das formas da produção da miséria, cria antagonismos no interior do próprio Estado. Cria-se uma população de analfabetos que começa a pressionar o conjunto da sociedade. O Estado passa então a criar mecanismos internos e a política educacional também tem que criar seus mecanismos próprios para poder assegurar os chamados "pacto social" e "paz social", tentando evitar os focos de conflitos. Começam a ser criados os paliativos e as situações remediadoras da própria política educacional definida pelo Estado. Entre essas medidas podemos citar, a título de ilustração, a merenda escolar. Distribui-se comida não só para a criança, que está dentro da escola como também para os seus irmãos menores ou maiores que não a freqüentam.

A contradição geral da sociedade começa a ser resolvida agora de forma aparentemente democrática. Assim, aumentam as obrigações do sistema escolar e dos professores. Estes são obrigados a assumir um conjunto de atitudes e de ações que parece a assunção de uma nova concepção democrática onde todos participam e interferem, mas onde o eixo principal não se modifica. Aparentemente a comunidade participa da escola. Na aparência, participa das discussões centrais da escola. A existência do conselho de escola, a eleição para diretor, a eleição dos representantes discentes e docentes parecem ter uma feição democrática sem que o essencial — a política educacional e o fundamental da política econômica — seja modificado.

Democracia é isto? Ou isto é a maneira pela qual, do ponto de vista político, se tenta amortecer o conjunto das contradições que começam a abalar o próprio sistema? Isto é uma ação deliberada que assume um caráter democrático. Podemos até admitir que dentro da ordem atual isto seja Democracia. No entanto, o aspecto mais geral da questão e o central é discutir se isso é Democracia e se Democracia conquistamos por esse lado. Achamos que não.

Por esses e outros mecanismos, o Estado procura resolver o conjunto das suas contradições, inclusive no interior do aparelho escolar. É evidente que dessa forma não se resolve a contradição essencial mas se procura, cada vez mais, remetê-la para frente. Como exemplo específico do âmbito educacional, lembramos a tentativa de minimizar os efeitos da repetência

através da promoção automática: a criança entra na 1ª série e, ao final do ano, passa automaticamente para a 2ª. Nesta série, ela pode passar para a 3ª ou repetir o conteúdo das séries anteriores, se for o caso. O que significa isso? Significa, objetivamente, tentar eliminar o efeito político que se dá sobre a evasão e a repetência na 1ª série escolar. Significa jogar a evasão e a repetência para a 2ª série, para não causar o impacto da primeira.

Os efeitos colaterais da política econômica e da política educacional começam a ampliar, cada vez mais, os mecanismos dissimuladores no interior do próprio sistema educacional. Observamos, seja por parte da comunidade, do corpo docente ou discente, o aumento, cada vez maior, de responsabilidades. O professor, além de dar aula, tem que participar da administração da merenda, do trabalho comunitário, do trabalho de assistência social à comunidade e outros. Ele tem que participar de um conjunto de responsabilidades sem que as condições reais de trabalho aumentem de forma equivalente.

3. Um outro aspecto que nos parece importante destacar é que em nossa prática política e corporativista, assumimos certas bandeiras de lutas e outras responsabilidades no interior da escola, como se fossem lutas de caráter democrático, mas, quase sempre, esquecemos de nos organizar contra o inimigo principal e lutamos contra as formas imediatas: é o salário, é a sobrecarga de trabalho, é o baixo nível de ensino, etc. Essas são as formas e as conseqüências necessárias de um conjunto de definições superiores a nós e diante do qual nós não nos organizamos de maneira eficiente para enfrentá-lo. A constituinte, por exemplo, poderia ser um espaço possível para o enfrentamento das questões centrais. No entanto, é fundamental, também, para o Estado, que nos unamos somente do lado corporativista, do lado da reivindicação econômica. A tendência histórica que observamos é que a maioria dos nossos movimentos não consegue ultrapassar as reivindicações de caráter econômico. É isonomia salarial, é unificação da carreira, é organização do sindicato, é ensino público e gratuito, é liberdade para isso, liberdade para aquilo. E a questão de conteúdo, que é o enfrentamento ideológico, continua sem condições de aflorar.

No momento de dar um salto qualitativo, para esse enfrentamento, nós não temos condições, porque as necessidades emergenciais da luta econômica não permitem nem dão unicidade e organicidade para o preparo ideológico. Por isso, todas as vezes que aparece um grupo de estudo que tenta encaminhar a discussão para esse lado, é chamado de teórico, teorizante, que não tem prática, etc. E isto é fundamental para o Estado pois a mesa de negociações econômicas é conveniente para Ele como é para os patrões, quando se trata de reivindicações da classe operária. Nesse

ponto, é bom lembrar que o grande contingente dos trabalhadores, que forma a classe operária, subordina-se a um reduzido número de patrões que podem resolver por telefone as suas contradições. Enquanto isso, os operários passam anos para discutir um programa mínimo.

É fundamental, portanto, nesse momento, que a luta se mantenha sempre no eixo econômico. É por isso que falamos, no começo da nossa conferência, que o Estado produz a oposição docente que lhe interessa. Fazemos, aqui, um apelo para que nós reflitamos sobre as possibilidades de dar o salto de qualidade. Temos alguns espaços, esse é um deles. Porém, temos um espaço que é fundamental: o político. Achamos que, de significativo, na fase atual, a sociedade mostra que as questões devem ser resolvidas do ponto de vista político. Portanto, é o exercício político, de caráter partidário, que nos permitirá avançar na nossa luta. Cada um deve optar pelo partido que a sua ideologia comporta. Mas é só a perspectiva político-partidária, o fortalecimento da luta ideológica, que permitirá, a todos nós, uma participação efetiva nas definições mais gerais da política do Estado.

Estamos negando o que estamos fazendo aqui? Estamos e não estamos. É importante que estejamos organizados como categoria de profissionais, que estejamos buscando uma luta de unificação dos nossos interesses com o conjunto dos outros professores. Todavia, isso aqui não pode sobreviver por si mesmo, nem podemos ter essa ilusão. Se o nosso movimento não assumir a forma de uma ação político-partidária a tendência é sermos manipulados pelo Estado.

A nosso ver, a única forma possível, pela qual deixamos de ser aquilo que o Estado quer que sejamos, é fazermos política, política partidária.

Em princípio ficaríamos por aqui. Está aberto o debate.

NOTA

1. Na fase que antecede o capitalismo monopolista, o Estado no Brasil se caracteriza como um instrumento de clientelismo político, extremamente inerte e moroso, pouco eficiente do ponto de vista da administração do conjunto de interesses em jogo na sociedade, particularmente aqueles da classe capitalista.